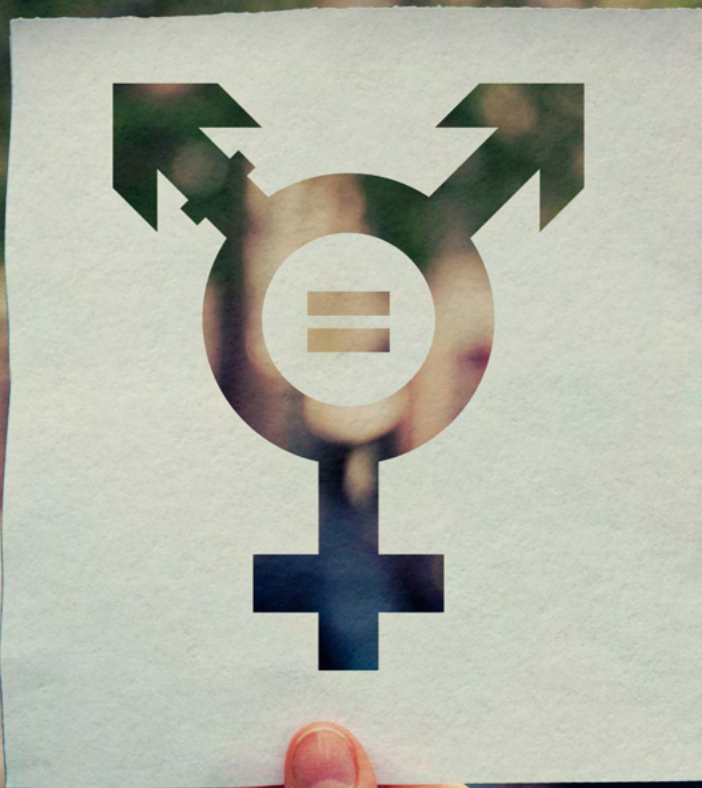


SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-867-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.677222001>

1. Diversidade. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão Social* apresenta 11 (onze) artigos que colocam em evidência questões relacionadas às temáticas diversidade e inclusão social de diferentes públicos e suas singularidades nos distintos cenários da atual conjuntura.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: ensaios teóricos, pesquisa-ação, pesquisas qualitativas e quantitativas, narrativas (auto) biográficas, estudo de caso, revisão de literatura, levantamento bibliográfico, dentre outros.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada a disciplina de Pesquisa em um curso de Graduação junto ao acesso à saúde reprodutiva trans masculina no Sistema Único de Saúde – SUS. O segundo, apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre questões de gênero a partir de narrativas (auto) biográficas. Já o terceiro coloca em discussão a violência contra a mulher e discute a terminologia cultura do estupro, trazendo importantes discussões sobre o seu uso e suas implicações.

O quarto artigo discute as questões relacionadas ao dispositivo sexualidade nas narrativas midiáticas. Já o quinto texto apresenta os resultados da pesquisa sobre questões de gênero no contexto de mulheres rurais. O sexto artigo, por sua vez apresenta os resultados da pesquisa sobre as representações sociais de professores sobre inclusão social em classes regulares da educação básica.

O sétimo texto apresenta os resultados da pesquisa sobre transfobia no ambiente escolar, apontando importantes contribuições os impactos na vida adulta. Já o oitavo artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a diversidade étnico-racial na educação especial.

O nono artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso da dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares. O décimo artigo apresenta um estudo de caso sobre educação especial e inclusiva para alunos de uma pública. E finalmente, nosso último texto que discute aspectos da educação especial inclusiva, suas particularidades e desafios na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a navegar pelos textos ora apresentados, rever conceitos, adentrar nas discussões e traçar os próprios caminhos de modo a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Maria Imaculada de Andrade Moraes

Beatriz Alves Gomes de Lima

Maria Eduarda Souza da Silva

Maria do Socorro Vidal

Rafael Nicolau Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220011>

CAPÍTULO 2..... 16

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Janine Dorneles Pereira


Jorge Luiz da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220012>

CAPÍTULO 3..... 29

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A –NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Véronique Durand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220013>

CAPÍTULO 4..... 37

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Rafael Maracajá Antonino

Rafaella dos Santos Porfírio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220014>

CAPÍTULO 5..... 51

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Temis Gomes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220015>


CAPÍTULO 6..... 65






REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO: BUSCANDO NOVOS CAMINHOS

Ana Laura Schliemann

Angela Maria Baltieri Souza

Clarilza Prado de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220016>

CAPÍTULO 7.....	76
TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA	
Rafael Carneiro da Silva Franco	
Erika Conceição Gelenske Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220017	
CAPÍTULO 8.....	93
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PB: O QUE NOS DIZ O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2018	
Antonio Wlisses Alves Benício	
Maylle Alves Benício	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220018	
CAPÍTULO 9.....	101
A DANÇA COMO PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	
Juliana Regina Crestani	
Eduarda Eugenia Dias de Jesus	
Pedro Jorge Cortes Morales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220019	
CAPÍTULO 10.....	110
“EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ETEC “ORLANDO QUAGLIATO” – ESTUDO DE CASO	
Reinaldo Luiz Selani	
Ricardo Aparecido Selani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200110	
CAPÍTULO 11.....	119
UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Caroline Gomes de Souza	
Cleonice Silveira Monteiro	
Dulcineide Domitila Junglos	
Elias da Silva Macedo	
Jucely Modesto de Souza	
Luciana Silveira Monteiro	
Lucimara dos Santos Luiz	
Roseli Silveira Monteiro da Costa	
Rosilda Silveira Monteiro	
Mayara Pereira Jorge	
Tatiane da Silva Ortellado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200111	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	133
ÍNDICE REMISSIVO.....	134

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A – NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 06/10/2021

Véronique Durand

Centro Universitário Redentor
Université Libre de Bruxelles

Doutora em Estudo das sociedades latino-americanas – Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris 3, D.E.A. do Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Mestre em Etnologia – Université Paris 7. Mestre em Língua, Literatura e Civilização Estrangeiras – Université de Rennes II
ETDSS – Aix Marseille
<https://orcid.org/0000-0003-3671-1544>

RESUMO: Ouvimos falar da cultura do estupro no Brasil e em várias outras culturas no mundo. Enquanto antropóloga, e por ter pesquisado no Brasil e em outros países, me incomoda o uso das duas palavras juntas. Estupro, é crime, é violência, é negação do sujeito vitimizado. A violência precisa ser caracterizada como crime e não como cultura. Cultura representa lei, língua, história, arte, alimentação, clima, roupas, dança ... códigos escolhidos por uma sociedade para o seu bem estar. A expressão, criada nos anos 70 por feministas americanas era para denunciar o fato das mulheres serem culpadas pelas agressões sexuais. O risco, hoje, é banalizar as violências sexuais e passar as mensagens seguintes: • o estupro é um acontecimento «inevitável» • a rejeição do não consentimento «no fundo, ela gostou» • a vítima é responsável

pelo estupro ... Proponho uma comparação entre Brasil, Índia, Camboja e Síria/Iraque para mostrar que essas violências são universais. E também proponho transformar essa expressão em outra mais adequada.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Mulheres, Violências contra mulheres.

SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN: A –NO – CUTURE OF RAPE

ABSTRACT: We heard about rape culture in Brazil and in many others cultures in the world. As an anthropologist and for having done research in Brazil and in others countries, I feel troubling with the use of these words together. Rape is crime, is violence, is denial of the victimized women. Violence needs do be characterised as crime and not as culture. Culture represents law, language, history, art, food, climate, clothing, dance... Codes for her own well being. The expression established in the 1970s by american feminists wanted to denounce the facts that victims were accused to be responsible for sexual abuse. The risk, today is to trivialise sexual violences and send the next message: • rape is an « inevitable » occurrence •rejection of non consent – « basically, she liked it » •the victim is responsible for the rape... I propose a comparison between Brazil, India, Cambodia, and Siria/Iraq to demonstrate that these violences are universal. I also propose to change this expression for an other, most appropriate.

KEYWORDS: Violences against women, culture, rape

INTRODUÇÃO

As expressões “cultura da violência” ou “cultura do estupro”, tendem a apresentar as violências sexuais contra as mulheres, as adolescentes, as crianças como algo comum, banal. Esses conceitos não têm nada em comum e, enquanto antropóloga, questiono essas expressões que banalizam, naturalizam a violência, apesar, evidentemente, de entender o significado primeiro dessa expressão. Por isso é importante lembrar a origem e o contexto da aparição da expressão “cultura do estupro”, além de definir a cultura.

O QUE É CULTURA?

No início da sua obra, Tylor (1871) traz uma definição de cultura que foi depois retomada várias vezes, principalmente por antropólogos : «a cultura ou a civilização, entendida no seu sentido etnográfico estendido, é esse conjunto complexo que compreende os conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, a moral, os costumes e todas as outras aptidões e costumes que o homem adquire enquanto membro de uma sociedade»¹.

A *cultura legitima* representa o tipo de conhecimento e de saberes que aparece como legítimo para todos; todos significando os indivíduos de uma mesma sociedade. Esse conceito foi desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Bourdieu também introduziu a noção de capital cultural. No mundo ou dentro de um mesmo país, as culturas não são consideradas iguais; variam em função dos seus valores; elas representam capitais e os indivíduos são desigualmente dotados desses capitais². A expressão *cultura legitima* é desenvolvida por Bourdieu na sua obra *La Distinction* (1979).

Considero a cultura como eminentemente social. Também é histórica já que se refere à memória coletiva do grupo; e as tradições são o reflexo o mais marcante dessa história que se reproduz.

A cultura forma um conjunto, um sistema, cujos elementos constitutivos são unidos dentro de uma coerência, uma adesão vivida objetivamente e subjetivamente pelos membros do grupo ou da sociedade. A cultura tem a ver com toda e qualquer atividade humana, no sentido de pensar, sentir, agir. Ela é formalizada pelo intermediário de códigos, de leis, rituais, teologia, cerimônias, conhecimentos científicos, artes, regras de convivência... Ela é compartilhada pelos membros de um grupo; é considerada como norma.

A cultura seria então a configuração particular dada a um conjunto de características, a um grupo determinado, num espaço particular, num momento preciso da história. Ela contribui à constituição de uma coletividade de forma objetiva e simbólica.

A violência simbólica é essa coerção que só se institui pelo intermediário da adesão que o dominado não deixa de conceder ao dominante ou seja à dominação, quando ele apenas dispõe, para pensa-lo e para se pensar ou

1 Disponível em http://jmt-sociologue.uqac.ca/www/word/387_335_CH/Notions_culture_civilisation.pdf Consultado em 13/06/17

2 Bourdieu P, *Méditations pascaliennes*, Paris, Seuil, « Liber », 1997, p. 204.

melhor, para pensar a sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento que carrega com ele e que sendo apenas a forma incorporada da estrutura da relação de dominação apresentam essa relação como sendo natural; ou, com outras palavras, quando os *schemes* que ele implementa para se perceber e se apreciar ou para avistar e apreciar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/preto, etc.) são o produto da incorporação das classificações, assim naturalizadas, cujo produto é o seu ser social.³

A violência simbólica contra as mulheres perpassa os territórios, as classes sociais, as épocas. Como explica HERITIER:

A desigualdade entre homens e mulheres não é um efeito da natureza. Foi construída pela simbolização desde os tempos originais da espécie humana, a partir de fatos biológicos notáveis. Essa simbolização é fundadora da ordem social e das clivagens mentais que se mantêm presentes, até nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas.⁴

O QUE É ESTUPRO?

É o oposto da cultura, é a negação do outro, da outra.

De acordo com o Código Penal Brasileiro em seu artigo 213 (na redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009), estupro é: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Atualmente a pena no Brasil é de 6 a 10 anos de reclusão para o criminoso, aumentando para 8 a 12 anos se há lesão corporal da vítima ou se a vítima possui entre 14 a 18 anos de idade, e para 12 a 30 anos, se a conduta resulta em morte.

De acordo com a OMS, violência sexual é “qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção”. Pode ser praticada, segundo o organismo, por qualquer pessoa, independentemente da relação com a vítima, e em qualquer cenário, incluindo a casa e o trabalho.⁵

A Lei Maria da Penha, por sua vez, descreve em seu artigo 7, alínea III, a violência sexual cometida em contexto de violência doméstica e familiar – ou seja, cometida por alguém da rede social da vítima e não por desconhecidos:

- Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;
- Que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade,
- Que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matri-

3 Bourdieu P. Idem, p. 204.

4 Hérítier F, *Masculin/féminin* II, Paris, Odile Jacob, 2007, p. 21

5 Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-sexual/> Acesso em 05/06/17

mônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação;

- Ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.⁶

Ou seja, **estupro é crime**.

COMO CHEGAMOS A FALAR EM CULTURA DO ESTUPRO?

A expressão americana *rape culture* é uma criação dos anos 1970. O objetivo das feministas era denunciar o fato das mulheres serem culpadas pelas agressões sexuais e violências que sofriam. A *cultura do estupro*, além de designar uma sobre abundância de agressões e infrações sexuais numa sociedade, insiste na importância dada à *mitologia* que envolve o assunto, ou seja, na cultura do estupro, homens e mulheres assumem que a violência sexual é um acontecimento de vida inevitável.

A feminista americana Emilie BUCHWALD (1993) escreve que a cultura do estupro existe quando a violência é percebida como “sexy” e o sexo como violento.

Enquanto Martha BURT (1980) opõe à noção de *rape myths* à de *real myths*, explicando que para muitos, o verdadeiro estupro acontece de noite, por um estrangeiro/desconhecido, armado, numa rua escura, com muita violência por parte do agressor e resistência por parte da vítima. Mas que, na maioria dos estupros, esse cenário não existe. Mais da metade são cometidos por algum familiar, conhecido pela vítima. A maioria não usa arma. A maioria acontece em casa, na do agressor ou da vítima. Frequentemente, a vítima tem ou teve alguma forma de interação com o agressor (cunhado, vizinho, colega de trabalho, da universidade, primo, tio, padrasto, ex-namorado ou ex-marido, amigo do irmão, o rapaz que entrega pizza...).

Essas circunstâncias tornam o estupro mais complicado, o reconhecimento da vítima mais difícil, e as ações do agressor mais seguras para ele.

A expressão *rape myths* ou mito do estupro é o mecanismo usado pelas pessoas para justificar a agressão e negar o estupro que aconteceu de verdade.

Aceitar ou aderir ao mito do estupro significa reduzir a definição de estupro e permanecer na negação da realidade de muitos estupros. As consequências são importantes para as vítimas do estupro “não real”: são criticadas, culpadas, menosprezadas, maltratadas; não recebem o apoio necessário. O que torna a situação insustentável para elas.

Porque Mitos?

Um primeiro mito consiste em negar o estupro: não aconteceu nada. A mulher acusou falsamente um homem de estupro. A declaração de estupro é negada quando o agressor é conhecido pela vítima –vizinho, colega, ex, conhecido.

Um segundo mito é afirmar que seria fantasia da mulher vítima, que na verdade, ela

⁶ Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-sexual/> Acesso em 05/06/17

queria uma relação sexual com aquele homem.

Um terceiro mito aparece quando o sexo é possível: encontro, festa, baile, boate, show; na comunidade, na escola, na universidade. A dificuldade reside no fato de convencer que o estupro aconteceu.

Um quarto mito é o de pensar que qualquer mulher em bom estado de saúde pode resistir ao estupro; se ela realmente não quer, principalmente se ele é algum conhecido. Se ela foi estuprada é porque não resistiu bastante então consentiu.

Um quinto mito é que um homem que vê passar uma mulher de vestido na rua não pode resistir, não se controla; mas não é a culpa dele.

BURT (1980) mostrou numa pesquisa que há forte associação positiva entre o mito da aceitação do estupro e os altos níveis de papéis sexuais estereotipados, conservadorismo sobre sexualidade; crenças num relacionamento “de adversários sexuais” e aceitação de violência interpessoal. Como se mulheres e homens fossem adversários na vida.

Essas crenças têm a ver com identidades, mentalidades, representações da masculinidade, da feminilidade. Mudar essas representações mudaria os comportamentos. A nossa cultura não permite que a mulher seja hostil ao homem, mesmo quando essa atitude é justificada. Quando ela assume a hostilidade, ela é rejeitada.

No século 21, filmes, vídeos reforçam essas ideias, mostrando que o sexo deve ser violento. *Slasher movies*, gênero de filmes de terror mostram um matador psicopata que mata todas as personagens da história depois de ter violentado e estuproado as adolescentes. Adolescentes que passam muito tempo em assistir a filmes de violência, rock vídeos, assistam a cenas onde sexo e violências estão misturados e passam a acreditar nesse outro mito.

Hoje, os grupos –masculinos- que estão no poder usam vários meios para fazer acreditar naquilo que determinam como se fosse o bom, o certo, o verdadeiro e o natural. Os mitos sobre o estupro fazem parte dessas crenças.

A força dessa “ideologia” é de mostrar um lado, um aspecto da situação e de apresenta-la como natural, normal, tornando outro ponto de vista inviável, indefensável.

Trata-se de relações de poder. Não se trata de cultura

No caso que nos interessa, a situação tem a ver com as relações de gênero baseadas numa suposta superioridade dos homens. A mesma “ideologia” declara que alguns comportamentos só podem ser masculinos e outros apenas femininos. Nesse sentido, violência física e sexualidade são os dois elementos chave dessa relação e enquanto o homem reivindica o poder, espera-se das mulheres um comportamento mais passivo.

A ameaça da violência machista faz parte dos mecanismos que mantêm o controle do macho na sociedade, pelo medo. O medo é uma arma poderosa, para manter as mulheres fora do espaço público.

No lugar do conceito de cultura, escolhi o conceito de memória e mais precisamente

de memória coletiva como foi apresentada por Halbwachs (1925)⁷. Na sua obra, Halbwachs trouxe dois sentidos distintos para o conceito de memória coletiva. No primeiro, a noção de memória coletiva faz referência à ideia que a memória individual é sistematicamente influenciada pelos quadros sociais nos quais ela se insere. No segundo, a memória coletiva tem um sentido mais radicalmente coletivista e se refere à memória do grupo em si, além da memória dos seus membros. A memória coletiva tem um papel fundamental na construção da identidade de um grupo, na medida em que a história contada a define e a valoriza. Por isso é difícil integrar nessa memória os acontecimentos violentos cujo grupo se tornou responsável. Os descendentes dos agressores tendem a exonerar os ancestrais ou pais responsáveis ou cúmplices, explicando por razões situacionais ou ainda acusando, culpando as vítimas. No caso do Brasil, os descendentes não só não exoneraram como reproduziram as relações de força e de violências.

A violência de gênero no Brasil perpassa as gerações desde a descoberta pelos colonos, contra as mulheres brancas no contexto doméstico e contra as mulheres indígenas e as mulheres negras no contexto étnico. De todas as formas, trata-se de uma relação de poder, do mestre sobre a escrava, do branco sobre a negra, do colono sobre a indígena nativa, do homem sobre a mulher. Essa violência se inscreveu na memória coletiva. Apesar da lei 11.340/2006, as mentalidades não mudaram. E as violências não diminuíram.

Quando ouvimos os resultados de pesquisas relativas às agressões sexuais no Brasil, e no mundo, uma percentagem importante da população, inclusive de mulheres, pensa que a mulher foi agredida “porque provocou”. As mulheres continuam no século vinte e um, sendo objetos de troca, ou de desejo, objetos de negociação, *coisas* do homem.

É importante lembrar que no caso de conflito armado, a mulher, a adolescente, a criança, são instrumentalizadas como arma de guerra:

Elas se tornam reféns do inimigo que vai usa-las como instrumento para humilhar os homens do campo adverso, aterrorizar os indivíduos; e pelo fato de estuprar e engravidar as mulheres, destruir ou pelo menos desorganizar a sociedade inimiga.

O estupro avilta a vítima, torna a impura. Nas sociedades onde a honra da família depende da virgindade das moças e a filiação passa pela transmissão de pai para filho, o estupro é a sujeira máxima, é a desonra. As famílias se tornam sujas e a filiação legítima é comprometida. As sobreviventes carregam a dupla pena de sofrer a violência e de ser expulsa da família por ter sofrido essa violência. É o caso da República Democrática do Congo, da Síria, Ruanda, Bósnia, Iraque e outros países em situação de conflitos armados⁸.

Além das violências sexuais sofridas pelas mulheres indianas, o feticídio⁹ e o infanticida feminino escolhido pelas mães e/ou a negligência sistemática das meninas são práticas correntes na Índia, na China, na África do Norte onde vale mais ter um filho homem

7 **Les cadres sociaux de la mémoire**, Paris, PUF, 1952

8 V. Durand, 2016, **Órfãs de esperança**, Recife, Cubzac editora, pp. 160-161

9 Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20879612> acessado em 21/06/17

—cuja obrigação é acompanhar os pais na velhice.¹⁰

A “maldição de nascer menina”¹¹ faz com que ginecologistas pratiquem aborto quando as mães ficam sabendo o sexo do bebê. Perto de um milhão de fetos são abortados por ano na Índia quando o sexo é feminino, as meninas sendo consideradas um peso para a família.

O desequilíbrio demográfico chegou a uma penúria de 60 milhões de mulheres na Índia e na China e 160 milhões na Ásia, segundo a ONU. A partir de tais desequilíbrios, a sociedade conta com homens a mais. O que explicaria em parte o círculo vicioso do aumento de estupros, de agressões sexuais, de sequestros, que já são muito presentes nessa região do mundo.

EM GUIA DE CONCLUSÃO

A violência não é uma fatalidade; ela não procede de uma pulsão agressiva original inerente ao homem como o escreveu Hérítier (2012), nem de uma crueldade inata. O ser humano é naturalmente empático como mostram todas as pesquisas feitas com recém nascidos. Os que usam a violência, enaltam o desprezo e o ódio das vítimas -consideradas como inferiores e sem valor- frequentemente só podem ser violentos porque foram, eles mesmos, vítimas de violência. Os agressores recorrem à violência unicamente porque ela é útil para eles, porque ela é uma droga aceita, fácil e possível já que a sociedade a permite.

As violências sofridas na infância são bombas-relógios; a criança vítima de violência se tornara um adulto violento. O fenômeno da reprodução da violência é a mesma que a ideia que temos do vampiro: um ser é vampirizado por um outro porque ele precisa do seu sangue e esse último vai vampirizar outro ser para se manter etc.

Proteger as crianças é a nossa obrigação de adulto responsável. A transmissão da cultura faz parte dos nossos deveres e cuidar das crianças vítimas de violência, significa lutar contra todas as formas de violências. Até quando vamos permitir as violências contra as crianças ?

A vítima não é nunca responsável pela violência exercida contra ela. Nada, que seja relativo a sua pessoa, ou aos seus atos a justifica. Ela sofre uma violência premeditada que cai sobre ela, que ela nunca imaginou e que não entende.

De fato, a vítima é intermutável, do ponto de vista do agressor. Ela é escolhida em função da sua necessidade de agressor. Ela sempre é escolhida, por coação ou por manipulação, para ter o papel, num cenário que não foi escolhido por ela, que não tem nada a ver com ela, mas que foi montado pelo agressor.

A violência nunca é útil para a vítima; ela é apenas útil para o autor da agressão,

¹⁰ Disponível em <http://www.agoravox.fr/actualites/international/article/foeticide-des-filles-en-inde-bombe-143117> Acesso em 20/06/17

¹¹ Para os pais, o nascimento de uma menina significa um dote a pagar, uma criação *a perda* para eles já que quando a filha casa, ela passa a *pertencer* à família do marido.

para ele encontrar alívio das suas próprias dores. O seu objetivo é impor a uma pessoa que ele escolheu de se tornar uma “escrava - curandeira” e ao mesmo tempo o seu remédio para tranquilizá-lo, para acalmar a sua própria memória traumática. Ele instrumentaliza a sua vítima e lhe tira os seus direitos para transformá-la em escrava submissa que, ela, deveria desenvolver condutas de controle e de esquiva no seu lugar para evitar a explosão da sua memória traumática.¹²

A violência se desenvolve, cresce, dentro de uma sociedade desigual, que não só permite como distribui papéis de dominantes e de dominados e que também atribui a cada um, um valor em função do lugar que vai ocupar dentro desse sistema hierárquico imposto.

É o que acontece no Brasil hoje, onde alguns gozam de todos os direitos enquanto outros, apesar das injustiças evidentes, não têm para quem e para onde recorrer. Trata-se de relação dominante – dominado, de poder, de hierarquia onde uns valem mais que outros. Por isso, uso a expressão de vampirismo em todos os sentidos, econômicos, políticos, sociais, sexuais ...

Ciente da força e do poder das palavras, no lugar de cultura do estupro, proponho o **paradoxo do estupro** ou o **oximoro** da cultura do estupro. Oximoro é uma figura de linguagem que coloca palavras de significados opostos lado a lado, criando um paradoxo que reforça o significado das palavras combinadas.¹³

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**, Paris, PUF, 1952

BASTIDE, R. **Anthropologie appliquée**, Paris Petite Bibliothèque Payot, 1971

BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**, Paris, Seuil, « Liber », 1997

BUCHWALD E, FLETCHER P, ROTH M. **Transforming a rape culture**, Willkweed Editions, 1993 Disponível em : https://books.google.com.br/books?hl=fr&lr=&id=VYj_woVgA3EC&oi=fnd&pg=PR11&dq=confronting+rape+and+sexual+assault&ots=aqbGE5gwJb&sig=eh-E_nT7_WyQcotU81svdjO0XgA#v=onepage&q=confronting%20rape%20and%20sexual%20assault&f=false Acesso 10/06/17

BURT M, **Cultural myths and supports for rape**, Urban Institute, 1980. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/15824612_Cultural_Myths_and_Supports_for_Rape Acesso em 20/06/2017

DURAND, V. **Órfãs de esperança: alguns relatos no mundo**, Recife, Cubzac Editora, 2016

HERITIER, F. **Masculin/Féminin I e II**, Paris, Odile Jacob, 2012

¹² Disponível em <https://www.memoiretraumatique.org/> Acesso em 15/06/17

¹³ Disponível em <https://www.significados.com.br/oximoro/> Acesso em 26/07/17

A palavra oximoro vem do grego *oxymoron*, que é formada pela combinação de *oxys*, que significa intenso ou agudo, e *moron*, que é tolo

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente acadêmico 76, 78, 82, 83, 88

Ambiente escolar 18, 67, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 89, 92, 101, 104, 107, 113

Autismo 72, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 131, 132

B

Base Nacional Comum Curricular 102, 108

C

Comitê de ética em pesquisa 104

Componente curricular 1, 2, 102

Cor 18, 93, 94, 99

Cultura 5, 7, 14, 17, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 45, 47, 51, 52, 73, 78, 80, 99, 111, 112, 115

D

Dança 29, 47, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Direitos sociais 14, 52, 133

Diversidade 15, 19, 20, 23, 26, 62, 76, 77, 79, 82, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 118, 132

Diversidade cultural 93

E

Educação especial e inclusiva 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Educação Física 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Empoderamento 22, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Escolas 21, 27, 67, 68, 69, 78, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 123, 125, 126

Estereótipo 41

Estudo de caso 110

Estupro 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

F

Feminismos 18, 28, 64

G

Gênero 4, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87,

88, 89, 90, 91, 101, 103, 104

Grupo de discussão 65, 70, 71, 73, 74

H

História oral 51, 55, 62, 64

I

Identidade de gênero 5, 10, 40, 43, 76, 77, 79, 80, 85

Inclusão 10, 21, 51, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132

M

Machismo 26, 56, 60, 62

Masculinidades 8, 18, 42, 59

Memória coletiva 30, 34

Metodologias ativas 3

Mito 32, 33

Movimento feminista 20, 52

Mulheres 3, 7, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 81, 83, 90, 91, 94

Mundo da política 45

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 33, 44, 51, 52, 55, 57, 65, 66, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 91, 93, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 108, 113, 114, 119, 122, 124, 126

Plano Plurianual de Gestão 111, 114, 117

Política educacional brasileira 124

Práticas corporais 102

R

Raça 62, 93, 94, 99

Redes sociais 7, 11, 18, 42, 43, 44, 45, 46, 49

Representações sociais 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 92

S

Serviço Social 1, 2, 12, 13, 14, 133

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 3

Transexualidade 14, 77, 78, 90, 92

Transfobia 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92

Transgênero 1, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 89, 91

V

Violência 5, 6, 16, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 64, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91

Vulnerabilidade social 52, 70

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022